

Brasil e a redução da jornada: o que dizem os dados globais

Daniel Duque

TRABALHO

Com novos dados globais da base de dados de Gethin e Saez, estimamos modelo país-ano de horas trabalhadas com produtividade, demografia e efeitos fixos. Brasil aparece levemente abaixo do esperado, mesmo quando se controla por impostos e transferências.

Nos últimos anos, a discussão sobre redução da jornada de trabalho ganhou novo fôlego no Brasil. Depois de uma mobilização intensa nas redes sociais, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou uma Proposta de Emenda Constitucional que extingue a clássica escala 6x1, que estabelece seis dias de trabalho para apenas um de descanso, e reduz a jornada semanal de 44 para 36 horas. Em paralelo, outro projeto que trata do mesmo tema tramita na Câmara, ainda em fase inicial. Mesmo assim, o simples avanço da PEC no Senado já repositionou o debate público sobre como, quanto e por que trabalhamos.

O governo federal tem sinalizado apoio explícito à ideia de jornadas mais curtas. Ao defender a proposta, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, sintetizou um argumento que vem ganhando espaço: se a produtividade brasileira é baixa, talvez parte do problema esteja justamente em jornadas longas, pouco tempo para descanso e estudo, condições precárias e baixa possibilidade de qualificação. Em outras palavras, reduzir horas de trabalho não seria um “luxo” de países ricos, mas um investimento em bem-estar e, potencialmente, em produtividade futura.

Por trás dessas discussões, porém, está uma questão de fundo que raramente é tratada de maneira sistemática: em que ponto da trajetória de desenvolvimento nos encontramos quando comparados a outros países? Como se comportam, aqui e no mundo, as horas trabalhadas à medida que a produtividade cresce? E de que forma diferenças por sexo, idade e nível de renda ajudam a entender quem ganharia, e quem poderia perder, com uma mudança desse tipo?

Este texto busca responder a essas perguntas a partir do ferramental da teoria econômica de oferta de trabalho, combinando o modelo clássico de escolha entre consumo e lazer com evidências empíricas internacionais e com gráficos comparativos de horas trabalhadas. Ao fazer

isso, procuramos ir além do debate puramente normativo, se “é justo” ou não reduzir a jornada, e avaliar, com base em dados e em um arcabouço analítico simples, se o Brasil se parece mais com países que já conseguiram trabalhar menos, ou se ainda está distante dessa fronteira.

Essa análise só é possível graças à nova base de dados construída por Gethin e Saez (2025), disponibilizada no fim do ano passado. Os autores compilaram pesquisas de força de trabalho de cerca de 160 países e organizaram uma base de dados de horas trabalhadas que cobre aproximadamente 97% da população mundial em corte transversal, além de séries históricas de mais de 20 anos para 87 países. É essa base rica e harmonizada que permite estimar o modelo deste artigo e comparar o Brasil com economias em estágios distintos de desenvolvimento.

Teoria Econômica

A oferta de trabalho é o resultado de uma série de decisões que cada pessoa toma ao longo da vida: se irá trabalhar ou não, quantas horas deseja dedicar ao mercado, em que idade entra e sai da força de trabalho e em que ocupações prefere atuar. Essas escolhas respondem a incentivos econômicos, como salários, oportunidades de emprego, tributação, renda de outras fontes. Além disso, tais decisões são afetadas por normas sociais, responsabilidades familiares e preferências individuais por lazer. A teoria econômica busca entender como mudanças nesses incentivos produzem padrões observáveis de participação e de horas trabalhadas.

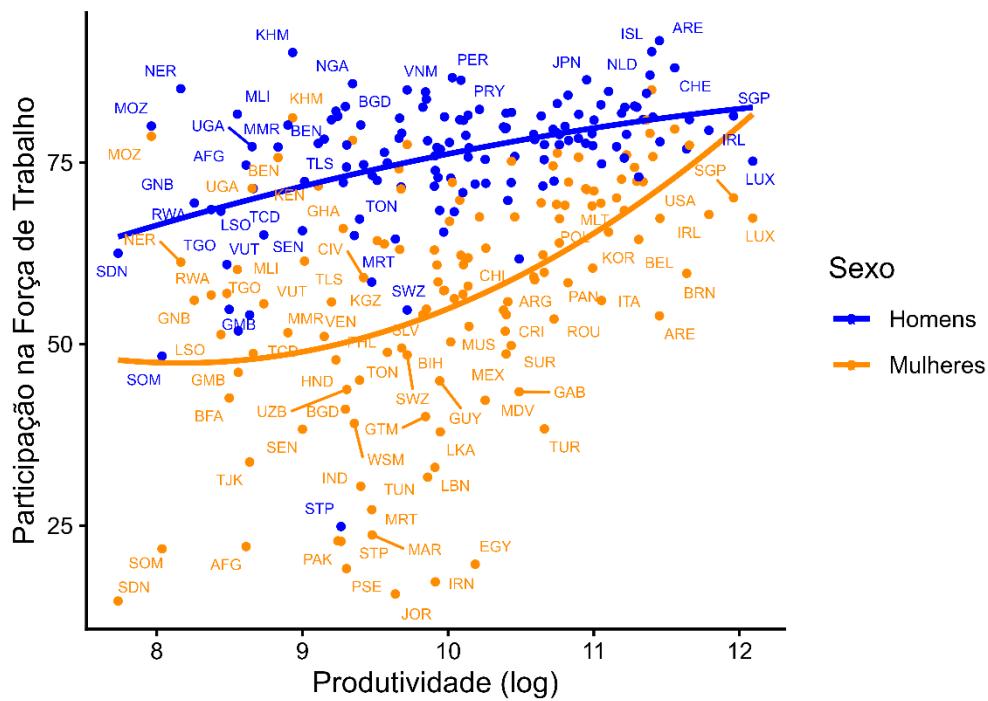
Do ponto de vista empírico, a oferta de trabalho costuma ser analisada em duas margens. A primeira é a margem extensiva, medida pela taxa de participação na força de trabalho, isto é, a proporção da população em idade ativa que está empregada ou procurando emprego. A segunda é a margem intensiva, captada pelas horas médias trabalhadas por semana ou por ano entre os que estão ocupados. A interação entre essas duas margens determina o volume total de trabalho que uma economia oferta.

Ao longo das últimas décadas, alguns fatos estilizados se tornaram bem conhecidos. Em muitos países desenvolvidos, a participação de homens adultos na força de trabalho vem caindo, em parte porque eles permanecem mais tempo na escola e se aposentam mais cedo, beneficiando-se de sistemas previdenciários mais generosos e de maior riqueza acumulada. Entre as mulheres, sobretudo na faixa de 25 a 54 anos, a trajetória foi a oposta: a participação cresceu de forma pronunciada, acompanhando o aumento da escolaridade feminina, a queda da fertilidade, a

expansão do setor de serviços e a mudança de normas sociais sobre o trabalho das mulheres casadas.

Observa-se no Gráfico abaixo que, recentemente, a participação masculina tem sido alta na maioria dos países, variando relativamente pouco com a produtividade. Já a participação feminina é, em média, bem mais baixa em países de baixa produtividade e cresce fortemente à medida que a produtividade aumenta. Em economias muito pobres, muitas mulheres permanecem fora da força de trabalho, dedicando-se a tarefas domésticas, agricultura de subsistência e cuidado com a família, porque o retorno do trabalho de mercado é pequeno. À medida que a produtividade e os salários sobem, o custo de oportunidade de ficar em casa aumenta e o trabalho remunerado se torna mais atraente.

Produtividade e Participação no Mercado de Trabalho

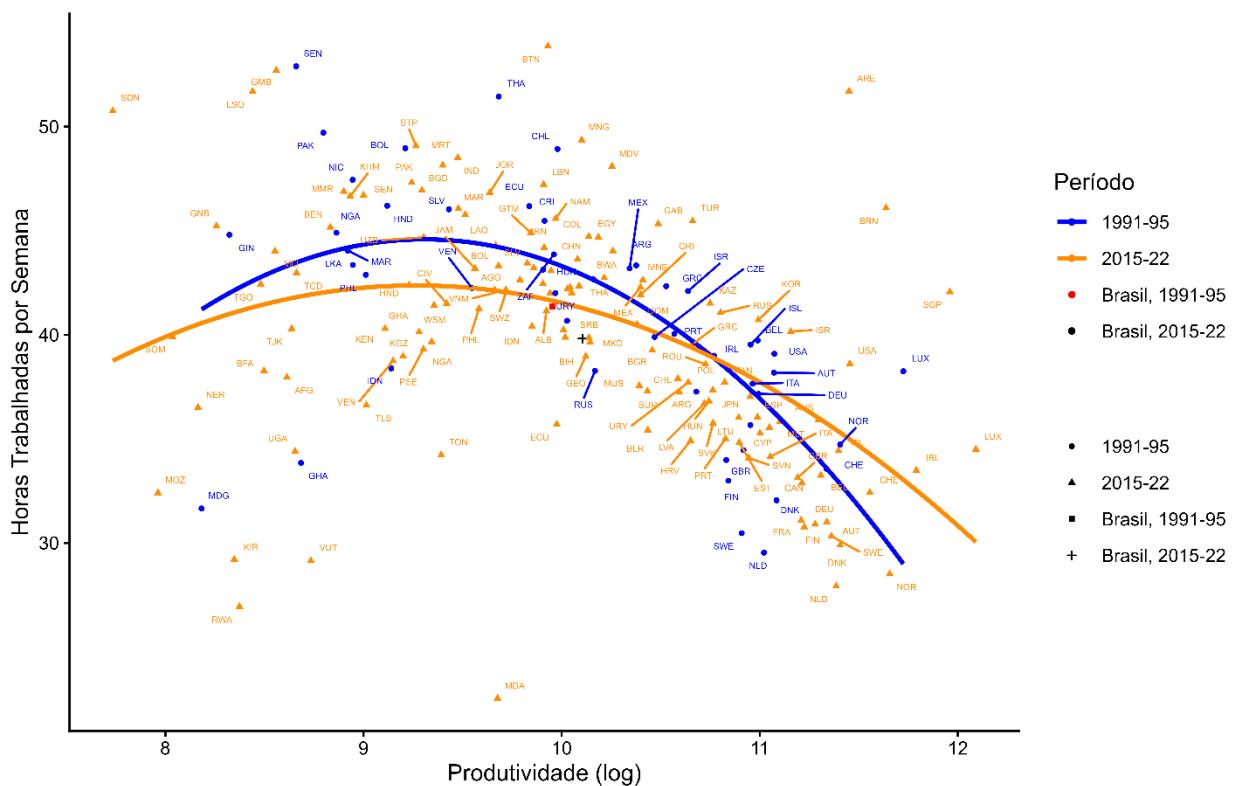


Fonte: Elaboração própria com dados de Gethin e Saez (2025)

Em paralelo, em quase todo o mundo rico, as horas anuais trabalhadas por trabalhador diminuíram de maneira expressiva desde o fim do século XIX. Hoje, europeus, norte-americanos e japoneses trabalham sensivelmente menos horas do que no passado, embora produzam muito mais. O Gráfico mostra a relação de horas semanais trabalhadas e produtividade para dois períodos. Em ambos os casos, a curva ajustada tem formato de U invertido: em um primeiro

trecho, da baixa até a média produtividade, horas e produtividade sobem juntas. No entanto, acima de certo ponto, novos aumentos de produtividade associam-se a quedas nas horas. Em países muito pobres, um aumento inicial da produtividade e dos salários torna o trabalho de mercado mais vantajoso do que o trabalho doméstico ou de subsistência, incentivando maior volume de trabalho. Em países já bastante produtivos, porém, a renda é suficientemente elevada para que a população escolha converter ganhos adicionais de produtividade em mais tempo livre.

Produtividade e Horas Trabalhadas



Fonte: Elaboração própria com dados de Gethin e Saez (2025)

A economia usa uma ideia simples para entender quantas horas as pessoas trabalham: todo mundo tem um certo número de horas no dia e precisa decidir quanto desse tempo vira trabalho pago e quanto vira descanso (lazer). Quando alguém tem mais renda “garantida” que não depende do emprego, como aposentadoria, herança ou a renda do cônjuge, aparece o efeito renda: como parte das contas já está paga, essa pessoa pode se dar ao luxo de trabalhar menos e aproveitar mais lazer. Em resumo, quanto mais dinheiro entra sem precisar de mais horas de trabalho, maior a tendência de reduzir a jornada.

Quando é o próprio salário por hora que aumenta, entram em jogo dois efeitos ao mesmo tempo. De um lado, o efeito substituição: cada hora de descanso fica mais “cara”, porque você deixa de ganhar um salário maior; isso puxa na direção de trabalhar mais horas. De outro lado, o aumento de salário também deixa a pessoa mais rica, o que reforça o efeito renda: com mais dinheiro, ela pode preferir comprar mais tempo livre e, portanto, trabalhar menos. O que vemos nos dados é o resultado da briga entre esses dois efeitos. Para muitos homens adultos, eles quase se anulam, e as horas de trabalho mudam pouco quando o salário sobe. Já para mulheres casadas, jovens e idosos, essa disputa pesa mais: um aumento de salário ou de renda pode levar a reduções bem maiores (ou aumentos, dependendo do caso) nas horas trabalhadas.

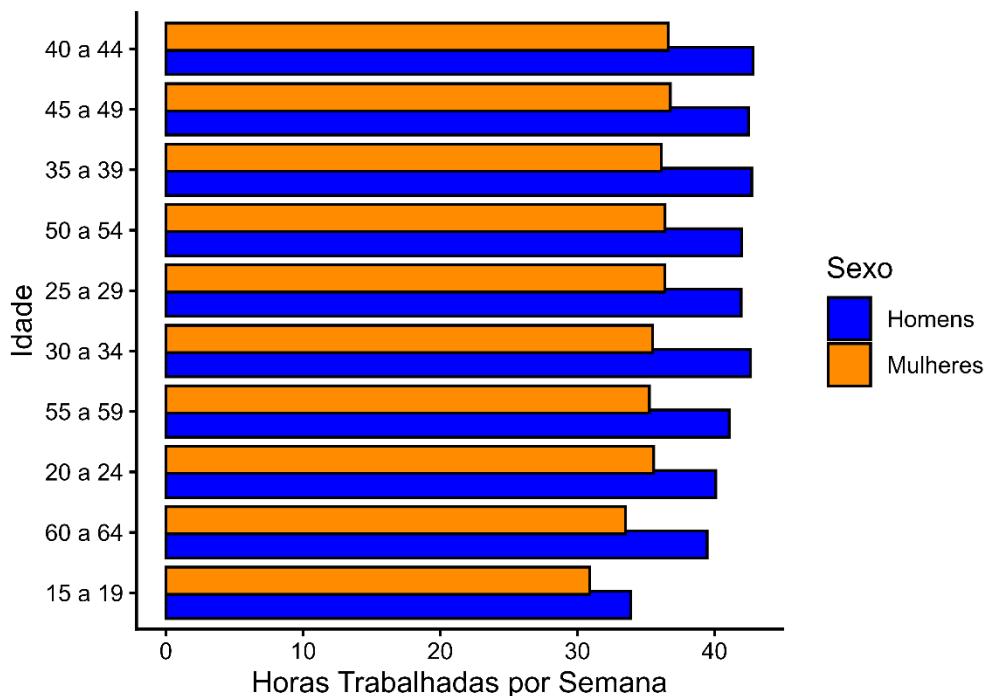
Esse arcabouço é útil para interpretar as tendências de longo prazo. À medida que a produtividade da economia aumenta e os salários médios crescem de forma sustentada, a população fica mais rica. Em países que já atingiram altos níveis de renda, é plausível que o efeito de renda domine o de substituição: em vez de converter todo ganho de produtividade em mais consumo, as pessoas escolhem transformar parte desse ganho em mais lazer, férias mais longas, semanas de trabalho mais curtas e aposentadoria antecipada. Isso explica por que, historicamente, as horas médias trabalhadas caem à medida que os países enriquecem, mesmo com salários mais elevados.

Questões sociais mais amplas também podem ser incorporadas. Se as pessoas se compararam constantemente a grupos de referência mais ricos e sentem que precisam manter determinado padrão de consumo para “não ficar para trás”, a utilidade marginal do consumo aumenta com a desigualdade. Nessa situação, mesmo em sociedades ricas, a pressão por consumo conspícuo pode induzir jornadas longas de trabalho: para financiar bens e estilos de vida vistos como sinal de status, indivíduos aceitam abrir mão de lazer e aumentar a oferta de horas.

O gráfico abaixo retrata as horas trabalhadas por semana em diferentes grupos etários, separando homens e mulheres. As barras mostram que, em quase todas as faixas de idade, os homens trabalham, em média, algumas horas a mais do que as mulheres, o que reflete tanto diferenças culturais na divisão do trabalho doméstico quanto barreiras de mercado que afetam mais fortemente as mulheres. Observa-se também um padrão ao longo do ciclo de vida: as horas são menores entre os mais jovens, crescem e se estabilizam na meia-idade, quando responsabilidades financeiras e salários são mais altos, e voltam a cair na proximidade da aposentadoria. Esse comportamento é consistente com a ideia de que jovens ainda estudam, contam com apoio familiar e têm salários menores, enquanto idosos, com patrimônio acumulado

e maior desgaste físico, valorizam mais o lazer. O modelo trabalho-lazer, com sua combinação de efeitos de renda e de substituição, descreve de forma convincente essa trajetória em “barriga” ao longo da idade.

Horas Trabalhadas por Grupo Demográfico



Fonte: Elaboração própria com dados de Gethin e Saez (2025)

O modelo de escolha entre trabalho e lazer oferece uma estrutura lógica simples para interpretar uma grande variedade de fatos sobre oferta de trabalho. A queda de horas em países ricos, a forte expansão da participação feminina em economias em desenvolvimento, as diferenças de jornada entre grupos etários e entre sexos, bem como a relação em U invertido entre produtividade e horas, podem ser entendidas como combinações de efeitos de renda e substituição, influenciadas por mudanças tecnológicas, por normas sociais e por políticas públicas. Ao articular teoria e evidência, o artigo mostra que a evolução da oferta de trabalho é menos uma questão de virtudes morais abstratas e mais o reflexo de como indivíduos e sociedades escolhem equilibrar renda e tempo livre à medida que as oportunidades econômicas se transformam.

Metodologia

Para avaliar se o Brasil trabalha “demais” ou “de menos” em relação ao que seria esperado pelo seu nível de desenvolvimento, estimo modelos de painel em que a unidade de observação é o país-ano. A base combina, para o período 1990-2024, indicadores anuais de horas médias trabalhadas por semana, totais e separados por sexo, com medidas de produtividade do trabalho e estrutura etária da população. A produtividade é medida pelo PIB por trabalhador (em log), e o perfil demográfico é captado pela participação relativa de diferentes faixas etárias da população em idade ativa (15, 20, 25, ..., 60 anos) e pela proporção de crianças na população total.

Com esses dados, estimo regressões com efeitos fixos de país e de ano. Em termos simplificados, a equação para horas trabalhadas no país no ano pode ser escrita como:

$$w_{ct} = \beta_1 \text{Produtividade}_{ct} + \beta_2 \text{Produtividade}_{ct}^2 + \gamma' \text{Demografia}_{ct} + \mu_c + \lambda_t + \varepsilon_{ct},$$

em que (μ_c) é o efeito fixo de país, (λ_t) é o efeito fixo de ano e (ε_{ct}) é o erro idiossincrático. O termo ($\text{Produtividade}_{ct}$) aparece de forma quadrática (termo linear e termo ao quadrado) para permitir relações não lineares entre produtividade e horas (como o formato em U invertido observado nos gráficos). O vetor (Demografia_{ct}) inclui as participações das faixas etárias e a proporção de crianças. Os efeitos fixos de ano capturam choques globais que afetam todos os países em determinado ano (como crises internacionais, mudanças tecnológicas amplas ou efeitos de pandemia), enquanto os efeitos fixos de país controlam para características permanentes de cada economia, como, por exemplo, instituições trabalhistas, cultura de jornada longa ou curta, clima, tradição sindical, traços históricos, que não variam no horizonte analisado.

Após estimar o modelo, recupero justamente esses efeitos fixos para cada país, no total e por sexo. Comparar os efeitos fixos de país significa, portanto, comparar esses interceptos específicos que resumem o quanto, em média, cada país tende a ficar acima ou abaixo da relação “padrão” entre produtividade, demografia e horas trabalhadas observada no conjunto da amostra. Um efeito fixo positivo indica que, dado o nível de produtividade, a estrutura etária e os choques globais de cada ano, aquele país apresenta jornadas sistematicamente mais longas do que a média mundial; um efeito fixo negativo aponta para jornadas sistematicamente mais curtas.

Essa comparação não mede “quantas horas se trabalha” em sentido absoluto, mas sim o desvio condicional em relação ao que o modelo prevê. É esse desvio que uso como medida de “excesso” ou “folga” de horas por país, e que permite, por exemplo, avaliar se o Brasil está em

uma posição relativamente favorável para reduzir sua jornada de trabalho sem se afastar do padrão internacional dado seu nível de desenvolvimento e sua demografia.

Adicionalmente, o modelo também inclui controles do nível da alíquota dos impostos sobre trabalho, além de nível de transferências. Apesar de que esse modelo deve ser visto com cautela, uma vez que impostos e transferências fazem parte do próprio processo de escolha da sociedade, eles tendem a capturar como tais estruturas influenciam trabalhadores e empresas a maiores ou menores níveis de trabalho.

Resultados

A seguir, a tabela mostra os principais resultados dos dois modelos. A tabela mostra os principais resultados relacionados à produtividade e demografia, além de indicar quais controles estão incluídos.

Tabela – Resultados das regressões (painel país-ano; efeitos fixos de país e ano)

Painel A: Modelo 1

	Total (H+M)	Homens	Mulheres
Produtividade	22.16*** (2.998)	25.14*** (3.099)	11.47*** (3.395)
Produtividade quadrática	-1.101*** (0.151)	-1.241*** (0.157)	-0.594*** (0.172)
% de 65+	-35.51*** (4.718)	-37.10*** (4.877)	-34.95*** (5.343)
% de crianças	-2.584 (3.066)	-4.341 (3.169)	0.425 (3.472)
Controles Demográficos (Faixas 15-60)	X	X	X
Controles de impostos e transferências			
Efeitos Fixos de País	X	X	X

Efeitos Fixos de Ano	X	X	X
Observações	1906	1906	1906
Painel B: Modelo 2			
	Total (H+M)	Homens	Mulheres
Produtividade	23.33*** (2.995)	25.58*** (3.091)	14.78*** (3.375)
Produtividade quadrática	-1.188*** (0.151)	-1.293*** (0.156)	-0.783*** (0.170)
% de 65+	-35.84*** (4.661)	-38.24*** (4.811)	-35.83*** (5.254)
% de crianças	-1.165 (3.014)	-2.863 (3.111)	2.410 (3.397)
Controles Demográficos (Faixas 15-60)	X	X	X
Controles de impostos e transferências	X	X	X
Efeitos Fixos de País	X	X	X
Efeitos Fixos de Ano	X	X	X
Observações	1807	1807	1807

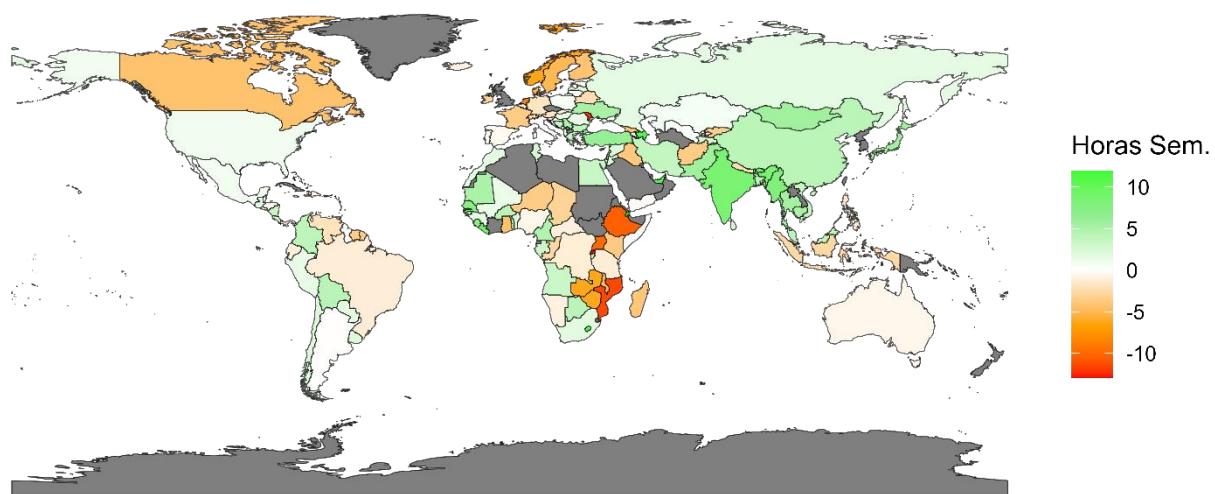
Notas: erros-padrão entre parênteses. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1. Resultados reportados para homens e mulheres em idade mais ativa (25-49)

Em ambos os modelos, a produtividade aparece com coeficiente positivo e altamente significativo, enquanto o termo quadrático é negativo e significativo. Esse padrão confirma a relação em “U invertido” entre desenvolvimento e horas: em níveis mais baixos de produtividade, ganhos de renda estão associados a aumento de horas. Já em níveis mais altos, o efeito renda tende a dominar e as horas passam a cair à medida que os países ficam mais ricos.

Do lado demográfico, o resultado mais robusto é o da população idosa: a participação de pessoas com **65+** é fortemente negativa e estatisticamente significativa nas três regressões, sugerindo que países mais envelhecidos tendem a apresentar menos horas trabalhadas por semana, mesmo após controlar pela produtividade e por choques globais. No Modelo 2, ao incluir instituições fiscais, o que, mais uma vez, deve ser interpretado com cautela, porque impostos e transferências são parte do próprio equilíbrio político e institucional que também molda escolhas de trabalho e lazer, os resultados se mantêm semelhantes.

O mapa abaixo mostra os desvios condicionais (efeitos fixos), depois de controlar estatisticamente a produtividade, o perfil etário e o ano. Neles, o Brasil aparece trabalhando um pouco menos horas por semana do que o “padrão internacional” sugerido pelo modelo (cerca de -1,2 hora por semana). Não somos um caso extremo, como alguns países africanos e europeus, mas também não estamos entre os que já conseguiram combinar alta produtividade com jornadas sistematicamente mais curtas.

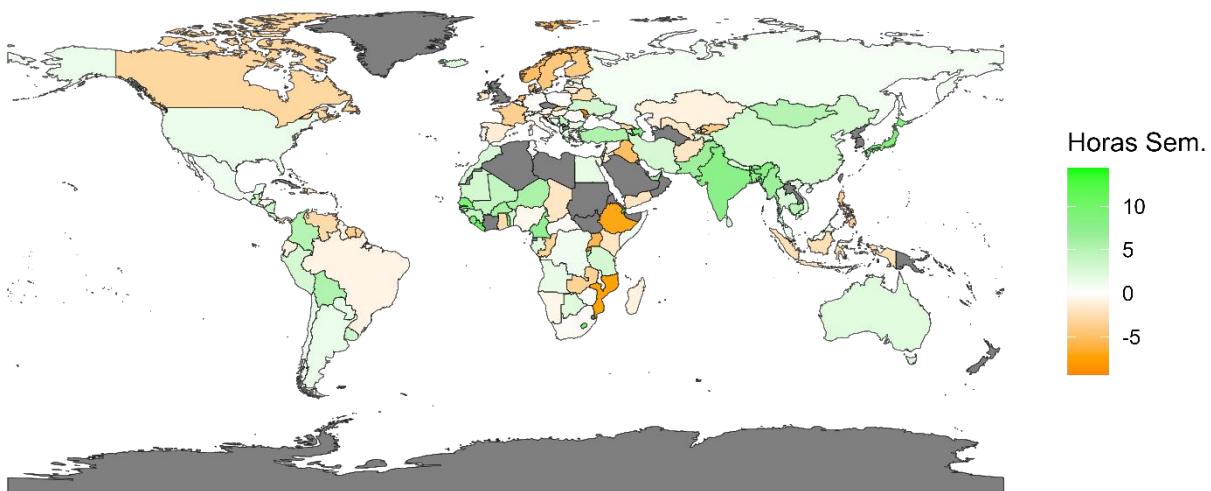
Efeito-fixo de países para horas trabalhadas por semana (faixa etária entre 25 e 49)



Fonte: Elaboração própria com dados de Gethin e Saez (2025)

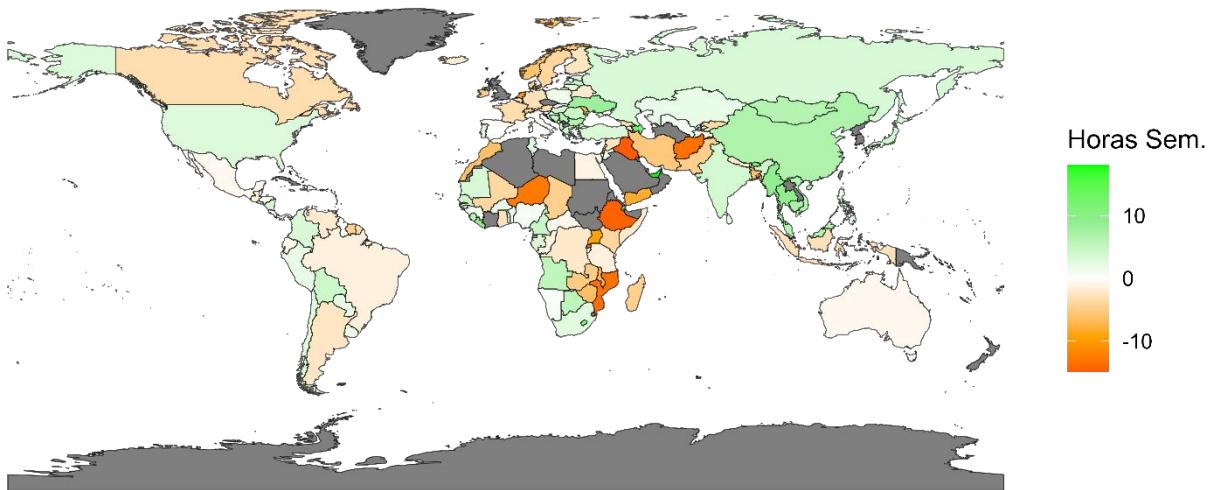
Quando olhamos por sexo, os resultados mudam um pouco, com os homens brasileiros mais próximos da média mundial condicional (-0,8 hora), enquanto as mulheres brasileiras aparecem mais abaixo do esperado (-1,4 hora).

Efeito-fixo de países para horas trabalhadas por semana – homens de 25 a 49



Fonte: Elaboração própria com dados de Gethin e Saez (2025)

Efeito-fixo de países para horas trabalhadas por semana – mulheres de 25 a 49



Fonte: Elaboração própria com dados de Gethin e Saez (2025)

Comparando com alguns países-chave, os contrastes ajudam a interpretar esse resultado. Estados Unidos exibem desvios positivos moderados (cerca de +0,9 hora no total e +3 horas para mulheres), indicando jornadas sistematicamente mais longas do que o esperado. Colômbia (+4,1 horas no total) e China (+4,2 horas) são casos extremos: mesmo depois de controlar produtividade e demografia, aparecem com semanas de trabalho cerca de quatro a cinco horas acima do padrão.

Rússia (+1,6 horas) e África do Sul (+1,7 hora) também trabalham mais do que o previsto pelo modelo, enquanto a França se destaca no outro extremo, com um forte desvio negativo (aproximadamente -3,6 horas no total), sinalizando que conseguiu reduzir sua jornada bem além do que seria esperado para o seu nível de desenvolvimento. A Argentina, por fim, está muito próxima de zero no agregado (-0,1 hora), mas esconde uma assimetria: homens trabalham um pouco mais do que o esperado, mulheres bem menos.

No segundo modelo, os resultados variam um pouco, mas não significativamente. No total, o Brasil desvia cerca de -1,3 hora, um pouco mais do que no primeiro modelo (indicando que sua estrutura tributária e de transferências, pelo menos em relação ao resto do mundo, reduz menos do que a média os incentivos para trabalho). Para homens, o desvio aumenta em magnitude para -1 hora, enquanto para mulheres, o desvio aumenta para -1,7 horas.

Sobre o debate metodológico com Victor Rangel

O economista Victor Rangel, da página ‘Econometria Fácil’ escreveu um working paper como reação à matéria da Folha que divulgou o presente estudo. Victor contesta os resultados aqui apresentados, apontando primeiramente que em exercícios cross-section (um corte no tempo), o “resíduo” do Brasil muda bastante de acordo com a especificação, adicionando controles institucionais (tributação do trabalho, informalidade e regulação de jornada). No texto, esse resíduo oscila de negativo para positivo com mais controles, levando ao argumento de que, com instituições, o Brasil passa a parecer “acima do esperado”, além de sugerir que a hipótese culturalista específica (“trabalho é menos importante”) perde força quando instituições entram no modelo.

Dito isso, é possível criticar a crítica do Rangel em alguns pontos. Em grande medida, ele está combatendo um suposto uso indevido de resíduos cross-section como se fossem uma medida causal ou moral (“esforço”), mas isso não atinge o núcleo do exercício. Primeiramente, não há derivação de qualquer juízo de valor a partir de um resíduo. O que está sendo feito é que, com dados em painel, eu estimo desvio condicional persistente (efeito fixo de país) depois de controlar por desenvolvimento, composição etária e choques globais, justamente para comparar regimes nacionais de horas trabalhadas.

Vale frisar que a controvérsia foi construída em torno de uma ideia carregada, de que o brasileiro trabalha menos do que deveria. No entanto, o atual estudo não implica que existe um “dever” de trabalhar mais. O risco, não exatamente da crítica do Rangel, mas da interpretação de muitos leitores, é manter o debate preso a um eixo moral (“trabalha pouco/trabalha muito”).

Agora, em uma crítica mais metodológica, é preciso reforçar que análises cross-section e “resíduo” não são o mesmo que efeito fixo de país em painel. Rangel concentra boa parte do argumento na sensibilidade do resíduo cross-section do Brasil e no “sinal que muda” quando se adicionam variáveis ou se troca MQP por MQO. Só que os exercícios mostrados e divulgados não dependem de um corte único no tempo nem de um resíduo pontual: usa-se painel (país-ano) e se extrai o efeito fixo de país, depois de absorver a tendência mundial e de controlar por produtividade e demografia. Isso tem três vantagens importantes. Primeiro, são usadas informações de várias décadas. Segundo, o efeito fixo de ano limpa de maneira transparente o que é movimento global (como a queda secular de horas), algo que o próprio Rangel ressalta ao mostrar que incluir efeitos fixos de ano muda a leitura do Brasil. Terceiro, e aqui está a diferença conceitual: o efeito fixo de país é uma medida de componente persistente do país (o “pacote” de instituições, normas, setor formal/informal, regras de jornada, composição ocupacional etc.) que faz aquele país trabalhar sistematicamente mais ou menos do que o padrão, *condicional* a desenvolvimento, demografia e choques globais. Já o “resíduo” em painel que Rangel reporta para um ano (como 2022) não é a mesma coisa: muitas vezes ele está mais perto do erro idiosincrático daquele país-ano do que de um traço estrutural do país. Em suma, se a pergunta é “qual é o desvio estrutural do Brasil?”, comparar entre países é mais apropriado do que comparar um resíduo de um cross-section.

Adicionalmente, ponderar regressões por população pode distorcer o exercício. Rangel estima várias especificações por MQP ponderando pela população adulta. Isso não é errado por si só, mas muda o objeto da regressão: o ajuste passa a refletir o comportamento do “adulto médio do mundo”, não do “país médio”. Na prática, países gigantes (China, Índia) passam a determinar a curvatura da relação horas-renda e, por consequência, os resíduos dos demais. Em modelos não lineares (como polinômios quadráticos), isso pode alterar bastante a forma ajustada e deslocar o resíduo de países médios, especialmente quando há heterogeneidade institucional forte. Para um exercício cujo produto final é um mapa de países ou uma comparação internacional entre unidades políticas (Brasil vs. França vs. EUA), especificações em que cada país tenha o mesmo peso fazem mais sentido. Além disso, a justificativa econométrica usual para MQP (variância do

erro inversamente proporcional ao peso) é difícil de defender aqui: erro de medição e diferenças metodológicas de pesquisas não caem automaticamente com população, e a ponderação pode amplificar vieses de especificação (não apenas “corrigir” ruído).

Finalmente, incluir muitos controles institucionais desfaz em parte o propósito inicial, por estarem explicando justamente o que o efeito fixo pretende capturar. Este é talvez o ponto mais importante. Rangel sustenta que, ao incluir tributação, informalidade e regulação, o resíduo muda de sinal e isso seria evidência de que “instituições” explicam a diferença, o que, para ele, enfraquece a narrativa culturalista. No entanto, a ideia é medir um desvio condicional amplo do país, algo como “o regime de horas do Brasil” depois de ajustar por desenvolvimento, demografia e choques globais. Nesse desenho, as instituições são parte do que eu quero medir e devem ficar dentro do efeito fixo. Colocar imposto, regulação de jornada e informalidade como controles “explicativos” pode ser útil como decomposição, mas se tira do efeito fixo exatamente os mecanismos estruturais que diferenciam países. E há um segundo problema: muitas dessas variáveis são endógenas à própria trajetória de desenvolvimento e ao pacto social (incluindo preferências por lazer e proteção), de modo que tratá-las como controles “neutros” pode gerar interpretação enganosa. Em termos práticos, o resultado “o resíduo some quando controlo por regulação de jornada” pode ser simplesmente tautológico: claro que regras de jornada se correlacionam com horas, mas isso não invalida a comparação internacional; apenas mostra que parte do “pacote país” passa por esse canal.

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor, não refletindo necessariamente a opinião institucional da FGV.

Anexo 1: Horas trabalhadas no Mundo (todas faixas etárias)

País	Efeito Fixo (H)	Efeito Fixo (M)	Horas 2022 (H)	Horas 2022 (M)	Produtividade 2022
SDN	11.50	4.74	51.79	45.60	2285.50
BTN	8.94	11.22	57.41	54.46	19983.29
SEN	8.26	2.36	50.90	39.46	8192.98

IND	8.04	2.16	49.91	38.12	12272.29
SGP	7.74	9.76	43.66	40.54	156052.49
BGD	6.74	-6.17	50.84	33.65	12417.13
ARE	6.72	15.96	50.47	50.23	96614.14
JPN	6.65	3.44	39.90	30.19	57209.18
MNG	6.24	6.54	50.08	44.35	25484.05
TUR	5.87	3.71	46.00	40.56	47589.83
BRN	5.30	9.00	46.70	44.28	110230.79
KOR	5.17	7.54	40.55	34.99	62586.68
COL	5.08	3.36	47.59	42.03	26399.61
TGO	4.77	0.47	43.38	38.29	5030.60
CIV	4.74	3.63	44.92	39.04	12706.18
GNB	4.71	1.33	47.98	42.66	3956.00
MLI	4.02	-4.71	50.93	37.32	5069.49
NER	3.92	-15.61	47.65	25.46	3599.40
BFA	3.66	-4.95	45.39	31.34	4902.07
SRB	3.65	6.46	42.38	37.73	28307.66
IRN	3.43	-4.65	45.10	33.47	20613.62
CRI	3.23	1.23	44.95	37.00	34008.97
THA	3.13	9.39	42.37	42.04	27256.31
BWA	2.97	4.43	46.17	41.16	28560.69
GRC	2.90	4.87	43.72	36.40	45516.76
BEN	2.83	0.74	47.80	42.75	7128.16
MNE	2.47	6.94	45.07	42.46	34909.39
URY	2.31	1.07	38.78	32.23	42477.13
LKA	2.24	1.39	42.61	37.33	19242.83
EGY	2.20	-1.03	46.63	40.68	29874.82
LAO	1.97	6.15	46.10	45.38	13540.92
PER	1.86	1.04	46.30	39.15	22640.26
BGR	1.86	7.34	40.18	38.07	39965.61
ARM	1.80	0.15	44.35	37.42	26661.33
ALB	1.76	3.11	44.23	39.56	22301.90
BIH	1.41	5.20	39.12	33.26	25261.08

ISL	1.36	-2.71	33.55	26.76	89713.28
MEX	1.36	-0.27	44.02	36.91	31807.96
CHL	1.18	2.54	40.81	35.06	40317.80
PRY	1.18	1.40	44.43	38.75	23694.79
VNM	1.18	4.95	40.66	36.78	18731.99
ARG	1.16	-2.37	40.71	32.42	39738.91
USA	1.08	2.62	40.49	36.73	98056.63
JOR	1.02	2.40	48.45	43.59	14712.54
LVA	0.86	4.86	38.74	35.19	50882.61
ZAF	0.82	2.50	43.98	39.59	22467.73
AGO	0.63	2.38	44.55	41.72	14818.31
LUX	0.28	-1.15	36.80	30.85	182230.31
POL	0.27	1.98	39.62	34.98	52890.67
MLT	0.23	0.47	36.02	31.88	70830.37
SLV	0.15	4.54	45.21	42.20	16521.12
BEL	0.15	-1.00	35.44	28.50	84578.88
CHE	0.00	-4.77	37.32	28.43	108887.56
ROU	-0.22	4.46	39.70	37.99	51040.51
HUN	-0.22	4.10	37.45	33.21	51041.92
CZE	-0.28	2.19	37.11	32.03	65512.76
ITA	-0.35	0.10	37.19	29.93	65196.01
MKD	-0.52	4.31	38.80	37.31	26500.97
BRA	-0.53	-1.16	41.85	37.64	24865.53
DEU	-0.61	-2.51	33.73	25.81	81015.74
DOM	-0.66	-0.11	42.66	37.10	34639.94
JAM	-0.75	2.24	44.64	41.91	13849.69
PRT	-0.81	2.47	37.39	33.60	53418.02
HND	-0.82	-1.18	43.24	39.13	10221.23
AUT	-0.82	-2.68	33.83	25.49	86272.06
LTU	-0.91	2.62	36.88	33.66	63421.25
IRL	-0.93	-4.86	36.41	28.24	172786.43
ESP	-0.99	0.69	35.57	30.14	59332.55
HRV	-1.04	3.20	36.07	33.31	48838.03

KSV	-1.20	0.47	42.90	39.66	19747.43
WSM	-1.21	1.91	40.01	39.83	10721.27
EST	-1.33	2.96	35.24	30.96	59279.67
BLR	-1.66	0.02	37.99	33.33	34234.18
ECU	-1.95	-2.00	36.16	29.58	20207.17
SVK	-2.15	2.09	37.18	31.27	48979.17
GEO	-2.25	-1.98	43.77	38.66	28728.69
SVN	-2.36	1.13	35.88	31.84	61970.59
PAN	-2.57	-0.42	37.47	33.22	50758.68
IDN	-2.65	-2.91	41.35	36.19	20026.52
PSE	-3.14	-9.82	40.93	31.42	10006.71
MUS	-3.15	-0.93	40.83	38.09	31879.78
CAN	-3.37	-3.33	35.51	29.46	74850.39
FRA	-3.38	-2.79	33.60	28.26	75032.49
KGZ	-3.41	-4.05	41.77	36.03	10165.21
CYP	-3.51	-0.64	36.36	32.54	68367.85
PHL	-4.14	1.35	39.98	39.88	14852.66
FIN	-4.29	-2.50	32.11	27.43	76750.62
SWE	-4.90	-4.01	31.94	27.78	89778.67
DNK	-5.05	-4.65	32.15	26.66	94865.16
NOR	-5.58	-6.45	30.19	25.12	118981.55
NLD	-6.01	-10.10	31.30	23.33	93143.31
MOZ	-7.58	-14.36	35.78	29.29	2872.68
MDA	-12.95	-11.62	24.79	19.50	16215.06

Anexo 2: Horas trabalhadas no Mundo (faixa etária de 25 a 49)

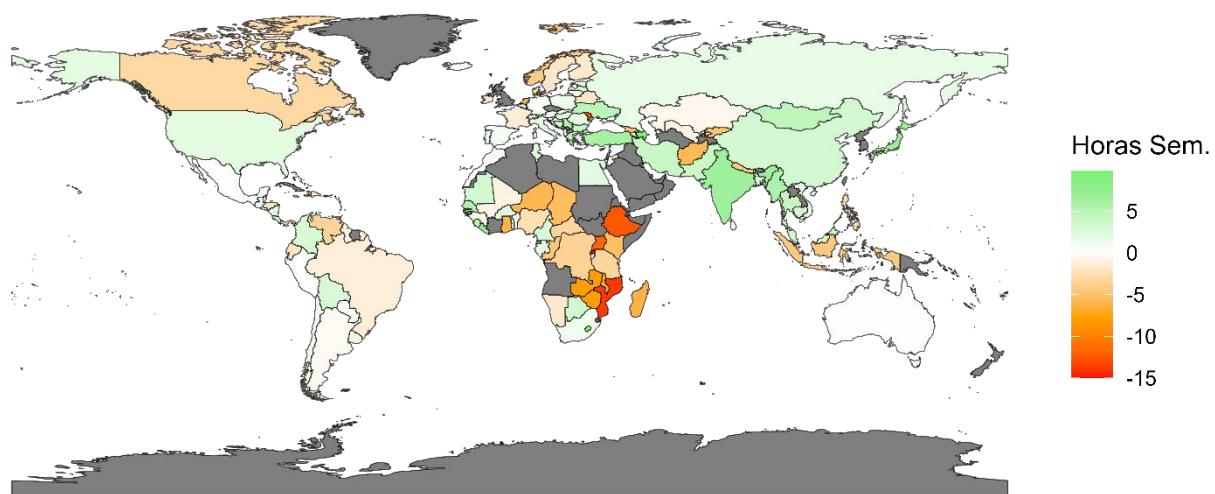
País	Efeito	Efeito	Horas	Horas
	Fixo (H)	Fixo (M)	2019 (H)	2019 (M)
LSO	9.65	11.65	52.79	50.69
SEN	8.94	4.27	54.44	40.67
JPN	8.88	3.85	43.92	32.26

IND	7.94	3.79	53.14	42.67
MDV	7.27	-1.42	52.20	38.38
TGO	7.11	3.10	46.61	39.09
BTN	6.93	9.80	57.33	51.94
MMR	6.42	9.00	47.41	44.88
ARE	6.00	18.12	52.24	52.22
LBN	5.65	3.03	50.75	39.61
NER	5.59	-12.72	51.23	24.56
TUR	5.37	3.14	48.39	41.38
BOL	5.24	4.32	48.68	40.53
COL	5.00	3.22	49.01	40.51
MNG	4.93	6.20	53.66	48.19
KHM	4.74	6.99	47.86	46.51
GNB	4.61	3.24	49.69	46.12
MLI	4.11	-3.83	54.39	37.35
SRB	4.02	6.33	42.97	38.04
ISR	3.95	0.36	45.30	36.61
BRN	3.61	9.29	47.51	45.90
URY	3.40	1.56	42.46	35.39
CRI	3.33	1.06	45.57	35.31
MRT	3.00	3.46	51.35	43.18
GTM	2.94	-1.43	49.46	40.84
PER	2.85	1.90	46.88	39.59
IRN	2.84	-5.44	47.65	32.81
BEN	2.72	1.29	49.77	42.90
THA	2.63	8.99	43.45	42.92
LKA	2.62	1.51	46.62	37.58
GRC	2.43	4.31	41.60	35.68
ISL	2.22	-1.92	39.26	31.51
BWA	2.13	5.51	47.33	43.38
VNM	1.90	6.36	44.46	41.60
ARM	1.70	-0.45	45.53	38.44
PRY	1.63	1.98	45.89	39.16

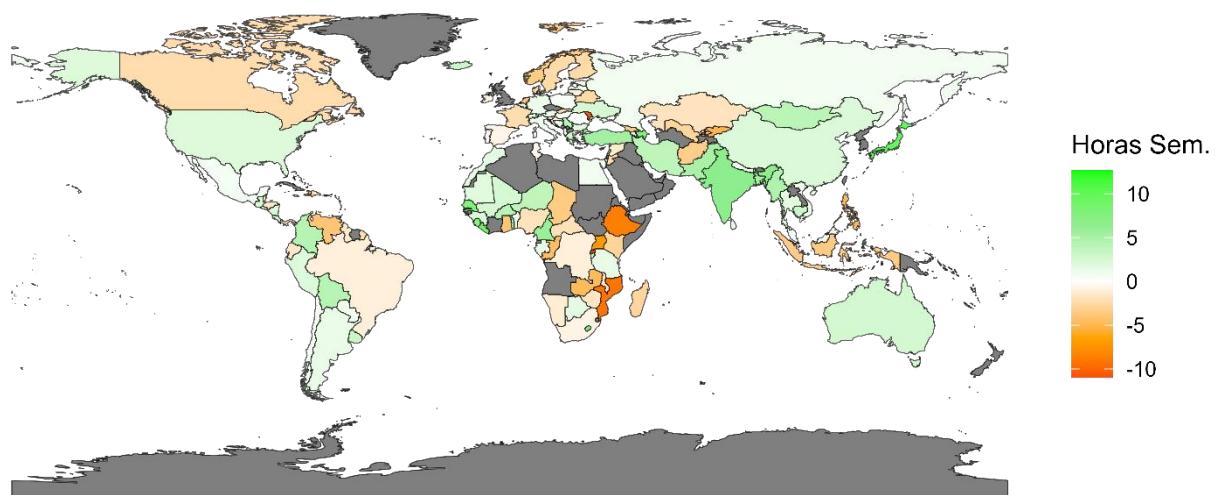
BGR	1.61	6.57	39.86	37.96
EGY	1.59	-1.10	47.45	41.21
AGO	1.47	5.47	45.07	40.02
ARG	1.37	-2.41	41.29	32.15
USA	1.31	2.98	41.96	37.44
BIH	1.30	5.46	42.97	40.47
MNE	1.29	6.09	44.41	41.40
ALB	1.13	2.40	44.38	40.21
MLT	0.99	0.30	40.48	33.91
MEX	0.97	-0.56	47.00	38.60
CHL	0.96	2.66	40.53	34.13
CHE	0.87	-4.66	38.23	27.44
LVA	0.79	4.49	38.87	34.19
RUS	0.76	3.34	43.84	39.31
LUX	0.20	-0.90	37.61	31.67
POL	0.07	1.45	39.71	34.04
TUN	0.03	2.71	44.18	40.78
BEL	-0.04	-1.31	37.18	29.32
ROU	-0.20	4.42	40.02	38.00
DEU	-0.21	-2.83	35.69	27.06
SLV	-0.26	4.54	45.62	42.77
ZAF	-0.30	2.54	44.59	40.04
HUN	-0.39	3.70	38.19	35.93
HND	-0.46	-0.41	46.68	39.81
AUT	-0.52	-2.90	36.40	26.76
PRT	-0.53	2.32	37.94	33.46
ITA	-0.53	-0.49	37.71	29.79
NGA	-0.57	0.73	46.10	37.38
GUY	-0.68	-0.02	45.85	39.48
BRA	-0.82	-1.38	42.54	37.68
ECU	-0.90	-0.71	40.42	33.78
DOM	-0.93	0.26	43.42	36.88
HRV	-0.98	2.90	36.29	33.48

JOR	-1.14	1.51	48.62	41.68
EST	-1.33	3.12	36.49	33.63
ESP	-1.38	0.13	39.99	32.58
LTU	-1.44	1.89	38.33	34.64
BLZ	-1.53	-0.99	45.32	38.60
IRL	-1.58	-5.07	39.19	29.42
JAM	-2.02	1.49	45.01	41.94
PAN	-2.08	0.21	41.95	36.28
KSV	-2.35	-0.55	43.63	38.40
IDN	-2.37	-2.88	44.09	37.70
BLR	-2.60	-1.85	38.53	32.57
SVN	-2.75	0.48	36.33	31.64
GEO	-2.81	-2.88	44.25	37.21
SVK	-2.95	1.38	37.91	34.61
CAN	-3.07	-3.19	37.08	30.53
PHL	-3.59	1.96	42.93	42.29
FRA	-3.67	-3.24	34.11	28.63
KGZ	-3.94	-3.51	41.90	36.38
PSE	-3.96	-9.16	41.05	30.48
CYP	-3.96	-0.98	37.32	33.35
FIN	-4.02	-2.49	34.29	29.44
DNK	-4.18	-4.07	33.70	27.86
SWE	-4.36	-3.93	33.48	28.23
MUS	-4.36	-2.25	39.46	34.64
NOR	-5.00	-5.87	31.72	26.35
NLD	-5.02	-9.91	34.62	24.76
UGA	-5.65	-9.15	40.25	30.47
MDA	-9.38	-7.27	30.36	25.16

Efeito-fixo de países do modelo 2 para horas trabalhadas por semana (faixa etária entre 25 e 49)



Efeito-fixo de países do modelo 2 para horas trabalhadas por semana – homens de 25 a 49 anos



Efeito-fixo de países do modelo 2 para horas trabalhadas por semana – mulheres de 25 a 49 anos

